

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE 2024

Professor orientador:

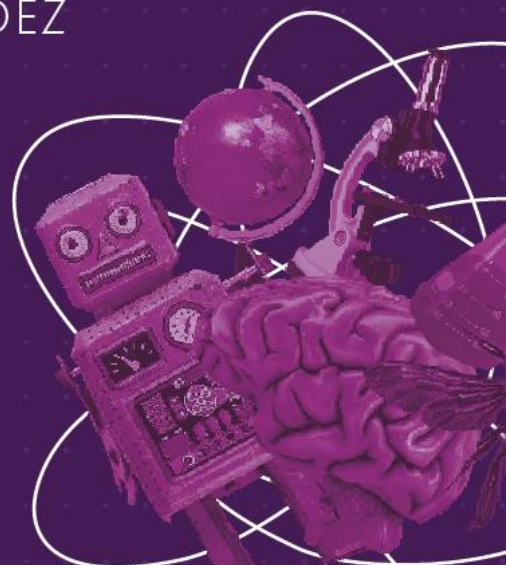
Dr. André Almeida Cunha Arantes

Aluno:

João Gabriel Viana da Costa Rebelo

PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC/CEUB

RELATÓRIOS DE PESQUISA
VOLUME 10 Nº 1- JAN/DEZ
2024



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

JOÃO GABRIEL VIANA DA COSTA REBELO

**INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO
DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL
NOS JOGOS DA JUVENTUDE 2024**

Relatório final de pesquisa de
Iniciação Científica apresentado à
Assessoria de Pesquisa e Extensão.

Orientação:
Dr. André Almeida Cunha Arantes

**BRASÍLIA
2025**

RESUMO

Os Jogos Escolares/Jogos da Juventude representam uma das mais duradouras políticas públicas esportivas do Brasil, com trajetória marcada por transformações estruturais, financeiras e organizacionais. Como objetivo geral, este esforço acadêmico pretendeu verificar se a condição financeira foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos da Juventude de 2024. Utilizou-se abordagem quantitativa com aplicação de questionário virtual a 121 atletas de 15 a 17 anos da delegação, estratificados por renda familiar: estrato superior (>5 salários mínimos SM - SM/R\$1.412,00) e inferior (≤ 5 SM). A coleta, mediada por técnicos, seguiu aprovação ética (CAE: 63189922.6.0000.0023). Os dados foram analisados via teste qui-quadrado (χ^2) no *Social Science Statistics*. Os resultados indicaram predominância de atletas do estrato inferior, demonstrando que a condição financeira não constituiu barreira determinante. Este achado corrobora estudos anteriores, atribuindo-se tal inclusão principalmente às políticas públicas de apoio (Bolsa Atleta, Compete Brasília, Ministério do Esporte). Identificou-se significativa representação de atletas autodeclarados pretos, pardos ou amarelos no estrato inferior, refletindo a realidade demográfica periférica do DF. Evidenciou-se ainda forte segregação sócio-educacional: a rede pública concentrou quase todos os atletas de baixa renda e predominantemente negro-pardos-amarelos, enquanto a rede privada apresentou maioria branca e de renda superior. Conclui-se que políticas públicas de esporte são fundamentais para a inclusão de grupos desprivilegiados nas competições de jovens, porém a persistência de assimetrias estruturais exige ações articuladas. A efetiva democratização do esporte no DF depende de um modelo de gestão que garanta o acesso equitativo como direito social, rompendo ciclos de exclusão.

Palavras-chave: Jogos da Juventude; Políticas Públicas; Esporte Escolar; Distrito Federal.

SUMÁRIO

1	Introdução	4
1.1	Contextualização da pesquisa	
1.2	Objetivo	
2	Fundamentação teórica	6
2.1	História dos JEBs	
2.2	Impactos Pedagógicos	
2.3	Equipes estaduais e distritais dos Jogos Escolares e Jogos da Juventude	
3	Método	14
4	Resultados e discussão	15
4.1	Caracterização da delegação	
4.2	Apoio Público	
4.3	Apoio Privado	
5	Considerações finais	24
	REFERÊNCIAS	27

1 Introdução

Os Jogos Escolares/Jogos da Juventude representam uma das mais duradouras políticas públicas esportivas do Brasil, com trajetória marcada por transformações estruturais, financeiras e organizacionais. Conforme Arantes (2022), esse evento surgiu no final da década de 60, durante o regime civil-militar, vinculado a um projeto de massificação esportiva e formação de atletas, na tentativa de desenvolver o esporte nacional. Inicialmente organizado e financiado pelo Ministério da Educação (MEC), o evento passou por diversas reformulações, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988.

A partir dos anos 2005, ocorreu uma grande mudança decorrente da Lei Agnelo/Piva (BRASIL, 2001), que garantiu recursos perenes para o esporte escolar por meio de percentuais das loterias federais, transferindo também a organização do evento para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). É destacado por Arantes (2022) que essa transição ampliou a estrutura das competições, consolidou as categorias por idade, 12 a 14 e 15 a 17 anos e representação por escolas ao invés de uma seleção estadual.

Atualmente a etapa 12 a 14 anos é organizada pela Confederação Brasileira de Clubes - CBDE e tem o nome de Jogos Escolares Brasileiros e a etapa de 15 a 17 anos é organizada pelo COB e tem o nome de Jogos da Juventude.

Embora os jogos existam a mais de cinco décadas, poucos trabalhos foram dedicados a analisar fatores socioeconômicos associados ao evento. Um destes trabalhos foi realizado por Kiouranis et al. (2022). Em pesquisa que analisou fatores socioeconômicos associados ao desempenho nos Jogos da Juventude no período entre 2007 e 2015, os pesquisadores notaram que os estados mais populosos tendem a obter mais medalhas.

Por outro lado, maiores taxas de homicídio juvenil, melhores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e menores recursos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), tem relação com baixo rendimento esportivo nesses estados.

Os dados do trabalho referido são interessantes, e nos instigaram a questionar quem seriam os atletas da delegação dos Distrito Federal participantes dos Jogos da Juventude, principalmente tendo como referência sua situação socioeconômica (Kiouranis et al. 2022).

A justificativa desta pesquisa está na lacuna observada sobre a falta de trabalhos que verifiquem os impactos econômicos na formação das delegações participantes nos Jogos da Juventude. Acreditamos que estas informações tenham relevância social pois podem contribuir para a elaboração de políticas públicas de esporte no sentido de tornar esta participação mais acessível à população desprivilegiada economicamente.

Destacamos ainda que esse estudo é continuação de um projeto iniciado em 2017 e que resultou em quatro publicações em revista científica e anais de eventos (Arantes et.al, 2019, Arantes et.al, 2020 e Torres et.al, 2021, Santos e Arantes, 2023). A continuidade deste estudo pretende transformar esse projeto em um observatório das políticas públicas de esporte que incidem sobre a formação de atletas na cidade, como os Jogos da Juventude.

Como objetivo geral, este esforço acadêmico pretende verificar se a condição financeira foi determinante para fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos da Juventude de 2024. Como objetivos específicos, verificar como estão distribuídos os diferentes extratos sociais por cor/raça, gênero, tipo de escola e apoios das políticas públicas e privadas ao desenvolvimento esportivo.

Fundamentação teórica

2.1 História dos JEBs/Jogos da Juventude

A seguir, trataremos sobre a historicidade dos jogos e sua importância para a futura formação de atletas Olímpicos. Arantes, Martins e Sarmiento (2012) objetivaram identificar a natureza dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) por meio da reconstituição histórica, analisando sua evolução desde 1969 até 2010. Empregaram a análise documental dos Boletins dos jogos, buscando informações estratégicas e operacionais. Os dados foram organizados em quatro fases distintas: "O Início" (1969-1984), "Esporte Educacional" (1985-1989), "Procurando Identidade" (1990-2004) e "Encontrando o Rumo" (2005-2010).

Os autores atentaram que, ao longo dessas fases, os JEBs passaram por diversas transformações em termos de organização, financiamento e objetivos. Inicialmente, o foco era a integração nacional e a descoberta de talentos esportivos, com o Ministério da Educação (MEC) como principal responsável. Na segunda fase, houve uma ênfase no esporte educacional, desvinculando-se do rendimento. No entanto, as fases subsequentes retomaram a busca por talentos, com crescente envolvimento do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a implementação de leis como fonte de financiamento, o que possibilitou maior participação dos atletas escolares (Arantes, Martins e Sarmiento 2012).

O estudo aponta para um gradual empoderamento do órgão de comando do esporte brasileiro, culminando na criação de um ministério específico, o Ministério do Esporte em 2003. O trabalho destaca o desafio de expandir a participação nos JEBs, dado o grande número de jovens que ainda não estão envolvidos no esporte escolar, especialmente os menos favorecidos (Arantes, Martins e Sarmiento, 2012).

Kiouranis (2017) analisou o desenvolvimento dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) no período de 2005 a 2014, sob a perspectiva de seu modelo organizacional e da dinâmica dos agentes, instituições e estruturas envolvidas.

Para atingir seu intento, utilizou uma abordagem qualitativa e quantitativa, com coleta de dados de documentos (Regulamentos Gerais dos JEBs, boletins oficiais de resultados finais, revista publicada pelo COB) e entrevistas (dois

agentes do Ministério do Esporte e um do Comitê Olímpico Brasileiro). A análise dos dados foi embasada em estudos sobre o campo do esporte contemporâneo e a Teoria dos Campos de Pierre de Bourdier (Kiouranis, 2017).

Segundo a autora, entre 2005 e 2014, os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) passaram por um processo de modernização, com aumento de recursos, participantes, modalidades e infraestrutura, além de maior visibilidade midiática e patrocínios. No entanto, mantiveram sua essência como espaço de reprodução do esporte de rendimento, com foco na performance atlética, na busca por talentos e na formação de base para o alto rendimento. Essa dinâmica revelou uma tensão entre inovação e conservadorismo, onde avanços estruturais conviveram com a perpetuação das lógicas de poder do esporte competitivo. Os JEBs consolidaram-se, assim, como uma "modernização conservadora" atualizando-se materialmente, mas preservando sua função seletiva e excludente, alinhada aos interesses do campo esportivo hegemônico (Kiouranis, 2017).

Arantes, Rúbio e Melo (2020) em "Dos jogos escolares brasileiros às olimpíadas: a trajetória escolar de atletas olímpicos brasileiros", investigaram a relação entre a participação de atletas nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), entre 1969 e 2014, e sua posterior participação nos Jogos Olímpicos. A pesquisa buscou responder aspectos como: a proporção de atletas escolares que alcançaram o nível olímpico, quais modalidades dos JEBs apresentaram maior concentração de olímpicos, se houve diferença na representação de gênero e como as diferentes fases dos jogos escolares impactaram a presença de atletas nas Olimpíadas.

O artigo de cunho exploratório e descritivo, utilizou uma abordagem quantitativa-qualitativa, envolveu um levantamento documental e bibliográfico, como a análise de dados de 433 atletas (homens e mulheres) das modalidades de atletismo, natação, judô e ginástica rítmica (GR), que participaram das Olimpíadas entre 1972 e 2016 (Arantes, Rúbio e Melo, 2020).

Os autores revelaram que 43,4% dos atletas olímpicos estudados também participaram dos Jogos Escolares Brasileiros, com destaque para a ginástica rítmica e judô. Atletismo e natação foram as modalidades com maior número de olímpicos que passaram pelos JEBs. A pesquisa indicou uma predominância

feminina na ginástica, atletismo e natação quando analisada a representação relativa por gênero, sugerindo que os jogos escolares são um evento importante para a afirmação feminina no esporte.

Os autores concluem que há um número significativo de atletas escolares que alcançaram o nível olímpico, ressaltando a importância dos jogos escolares para o esporte de alto rendimento no Brasil (Arantes, Rúbio e De Melo, 2020).

2.2 Impactos Pedagógicos

Além da perspectiva histórica e da formação de atletas de alto, alguns trabalhos analisaram os impactos pedagógicos dos Jogos Escolares. Costa (2020) tem como objetivo investigar a produção teórica sobre o esporte no contexto escolar e a política pública das Olimpíadas Escolares no Brasil, com um propósito crítico. A pesquisa busca expor as tensões entre o esporte escolar e o esporte de rendimento, além de problematizar possibilidades de reestruturação da política de esporte escolar no país. Para tanto, o método empregado foi de abordagem qualitativa e analítico-descritiva, utilizando entrevistas estruturadas com três professores de educação física com vasta experiência em jogos escolares e análise documental

Os resultados demonstram que a realidade do esporte escolar no Brasil é marcada pela lógica da maximização do desempenho esportivo, perpetuando a contradição entre o esporte educacional e o esporte de rendimento. As entrevistas evidenciaram que, apesar de um discurso oficial que preza pelos valores educacionais, a prática dos jogos escolares, especialmente as Olimpíadas Escolares, ainda está fortemente atrelada à busca pela vitória e à formação de atletas (Costa, 2020).

Aspectos como a obrigatoriedade da participação de todos os alunos em quadra são vistos como um avanço, mas a estrutura regimental e os critérios de desempate ainda incentivam a competição. A pesquisa aponta que essa lógica se reproduz em níveis regionais e locais, reforçando a ideia de que o esporte escolar serve como base para o esporte (Costa, 2020).

Em conclusão, o artigo ressalta a premente necessidade de reformular as políticas públicas referentes aos Jogos Escolares no Brasil, a fim de que estas

se alinhem aos objetivos educacionais. A pesquisa sugere que essa reformulação pode começar internamente nas escolas, por meio da experimentação de novas formas de disputa que valorizem a cooperação, a solidariedade e a participação de todos, em vez da busca incessante pelo rendimento máximo. O estudo enfatiza que o esporte escolar deve ser um meio para a construção de valores e conceitos, e não apenas uma ferramenta para a seleção de talentos para o esporte de alto rendimento (Costa, 2020).

O estudo de Neuenfeldt e Klein (2020) analisou a relação entre os Jogos Escolares e a Educação Física Escolar, buscando compreender de que forma essas competições influenciam os conteúdos trabalhados em aula. Investigou-se as escolas participantes realizavam treinamentos específicos para os Jogos, revelando possíveis mudanças no enfoque pedagógico da disciplina, explorou a percepção dos professores sobre o evento, avaliando se eles o consideraram uma ferramenta formativa ou apenas competitiva. Por fim, examinou os critérios de seleção dos alunos, questionando se o processo prioriza a inclusão ou o desempenho esportivo.

Os autores adotaram uma abordagem qualitativa, investigando os Jogos Escolares em um município do Vale do Taquari/RS, com participação de escolas públicas e privadas. O estudo envolveu cinco professores de Educação Física que atuavam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, utilizando entrevistas semiestruturadas (Neuenfeldt e Klein 2020).

Os achados revelam que os Jogos Escolares exercem influência significativa nas práticas pedagógicas da Educação Física, desde o planejamento até a seletividade dos participantes, mantendo características do esporte de rendimento, os professores reconheceram valores educacionais como cooperação e socialização durante o evento. Contudo, evidenciou-se uma contradição entre esses princípios e os critérios excludentes de seleção de alunos. Os pesquisadores apontam a necessidade de repensar o formato atual, sugerindo modelos mais alinhados à perspectiva educativa inclusiva da Educação Física. Os docentes demonstraram receptividade a novas propostas, indicando potencial para transformações que priorizem a participação coletiva em detrimento do foco apenas na competição (Neuenfeldt e Klein, 2020).

2.3 Equipes estaduais e distritais dos Jogos Escolares e Jogos da Juventude

Para completar a análise, é relevante observar os estudos das delegações estaduais e distrital que participam nos Jogos Escolares Brasileiros e Jogos da Juventude. Arantes et al. (2019) investigou se a condição financeira familiar dos atletas escolares foi um fator determinante para a composição da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017. A hipótese inicial dos pesquisadores era de que estudantes de estratos sociais mais altos teriam maior probabilidade de integrar a delegação. Para alcançar seu intento, foi realizado um estudo quantitativo com 157 atletas de 15 a 17 anos, utilizando um questionário online para coletar dados sociodemográficos e sobre o acesso a políticas de apoio.

Os resultados apresentados demonstram que o estrato econômico inferior teve a maior representatividade na delegação (44%). Os programas de apoio governamental como o Bolsa Atleta e o Compete Brasília foram acessados majoritariamente por atletas de baixa renda, o que provavelmente mitigou as desvantagens econômicas e aumentou sua competitividade. Outro ponto relevante foi a maior presença de alunas (65%) nesse mesmo estrato, sugerindo que os jogos escolares são uma ferramenta eficaz para estimular a prática esportiva feminina entre as jovens de menor poder aquisitivo (Arantes et al. 2019).

Em suma, Arantes et al. (2019), questionam a ideia de que um maior poder aquisitivo garantiria a presença na delegação, destacando a importância das políticas públicas como niveladoras de oportunidades. A pesquisa concluiu que, quanto maior o suporte do poder público ao desenvolvimento esportivo, maior tende a ser a participação de atletas do estrato econômico inferior.

O estudo de Arantes, Fonseca e Santos (2020) teve como objetivo principal analisar a representação de atletas escolares do Distrito Federal nas modalidades individuais e coletivas durante os Jogos Escolares da Juventude de 2017, com foco na condição social, local de prática esportiva e local de estudo. A hipótese central era que, embora a condição social não apresentasse diferenças significativas entre os grupos, haveria distinções claras quanto aos locais de prática e estudo.

Os resultados apresentados indicaram que a representação dos atletas não difere em relação à condição social, mas apresenta distinções significativas quanto ao local de prática e estudo. Os autores sugerem que as modalidades coletivas se desenvolvem predominantemente em ambientes privados, e há um notável deslocamento de atletas de ambientes públicos para privados ao longo do tempo, mais acentuado nas modalidades coletivas. A conclusão aponta que, sem mudanças nas políticas de fomento ao esporte escolar, a participação de escolas públicas na delegação do DF pode diminuir ainda mais, especialmente nas modalidades coletivas. Os autores do estudo sugerem o fortalecimento de programas governamentais e a otimização dos Centros de Iniciação Desportiva (CID) para reverter essa tendência e promover maior inclusão (Arantes, Fonseca e Santos, 2020).

Ferreira, Santos e Arantes (2021) estudaram a existência de diferenças no apoio esportivo oferecido a atletas escolares do sexo masculino e feminino, participantes da delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017

Os achados dos autores revelam que atletas escolares do gênero feminino receberam significativamente mais apoio geral do que os atletas do gênero masculino. Essa diferença foi ainda mais acentuada quando se considerou especificamente o apoio proveniente do setor público. Analisando programas específicos, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa no apoio público oferecido pelo Programa Compete Brasília, beneficiando também mais atletas do sexo feminino. No setor privado, as Bolsas de Estudo também apresentaram maior quantidade no apoio as atletas (Ferreira, Santos e Arantes 2021).

Em conclusão, o estudo demonstra que, apesar das históricas desigualdades de gênero e da predominância de valores patriarcais na sociedade que tradicionalmente dedicam maior apoio e oportunidades ao gênero masculino no esporte, a delegação de atletas do Distrito Federal representaram um cenário onde essa lógica foi subvertida. Os resultados indicam que as atletas escolares do gênero feminino tiveram maior acesso a apoio, tanto público quanto privado. Os achados chamam para a importância dos Jogos Escolares da Juventude como um evento que promove o esporte, e também contribui para o crescimento e desenvolvimento esportivo das atletas, ampliando suas

oportunidades e desafiando as barreiras de gênero no contexto esportivo brasileiro (Ferreira, Santos e Arantes, 2021).

Santos e Arantes (2023) investigaram a influência da condição financeira na composição da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos da Juventude de 2023.

Os resultados evidenciam uma predominância de atletas de estratos econômicos inferiores e a composição da amostra revela equilíbrio entre gêneros. Quanto à origem escolar, observou-se predominância de atletas matriculados em instituições particulares. Sobre apoios, os programas governamentais como Compete Brasília, Bolsa Atleta e o apoio do Ministério do Esporte, destacaram-se pelo maior alcance a atletas de baixa renda. No âmbito privado, as bolsas de estudo atingiram igual número de beneficiários em ambos os estratos, enquanto o patrocínio privado apresentou discreta vantagem para atletas de alta renda. Esses resultados sublinham não apenas a relevância de políticas públicas para atletas economicamente vulneráveis, mas também a necessidade de ampliar mecanismos de equidade no apoio privado (Santos e Arantes 2023).

Aquino (2025) comparou a incidência de gols na categoria sub-15 masculina dos Jogos da Juventude, edição de 2023, organizados pela Associação Esportiva dos Municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (ASSESMIG). Para alcançar tal propósito, a metodologia empregada foi de natureza quantitativa, analisando partidas realizadas pelas equipes participantes. Os gols foram tabulados e segmentados em três períodos de jogo (0-10 minutos, 11-20 minutos e 21-30 minutos), e a análise estatística descritiva.

Os resultados da pesquisa revelaram que o período de 21-30 minutos apresentou a maior incidência de gols ao longo de toda a competição, uma tendência que se manteve nas fases de segunda fase e quartas de final. Contudo, na primeira fase, o período de 11-20 minutos foi o que registrou a maior incidência de gols. A semifinal, por sua vez, destacou-se como a única fase em que a maioria dos gols ocorreu entre 0-10 minutos. Na final, os gols foram igualmente distribuídos entre o primeiro e o último período. (Aquino, 2025)

Em conclusão, o estudo confirmou que, de forma geral, o período de 21-30 minutos das partidas de futsal masculino sub-15 nos Jogos da Juventude de 2023 foi o que registrou a maior frequência de gols. As variações observadas

nas diferentes fases da competição (primeira fase, semifinal e final) indicam a dinâmica do jogo e a importância de analisar a incidência de gols em contextos específicos (Aquino, 2025).

O estudo de Costa e Costa (2020) teve como objetivo analisar o perfil de escolares participantes dos Jogos Escolares da Juventude de 2018, focando no estado de humor, nos motivos para a prática de atividade física e no nível de impulsividade durante o período competitivo. Para tanto, foi empregada uma abordagem metodológica transversal, quantitativa, descritiva e comparativa, envolvendo uma amostra de 147 escolares com idades entre 12 e 17 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de instrumentos padronizados de escala de humor, além da análise estatística

Os autores revelaram que o humor dos escolares apresentou um fator positivo predominante, caracterizado por elevados níveis de vigor, o que se alinha com a literatura existente sobre o tema. Em relação à motivação para a prática esportiva, observou-se que esta é intrínseca, com os participantes demonstrando grande interesse em competência e diversão. No que tange à impulsividade, os achados indicaram uma forte correlação com a busca por sensações e urgência, sugerindo que os escolares tendem a se engajar em atividades excitantes e a agir impulsivamente no curto prazo (Costa e Costa, 2020).

Costa e Costa (2020) destacam que o perfil de humor, motivação e impulsividade dos escolares investigados mostrou-se consistente com as expectativas da literatura da área. A predominância de um humor vigoroso, a motivação intrínseca pautada na busca por competência e diversão, e a impulsividade direcionada à busca de sensações e urgência, evidenciam que os atletas participantes dos jogos demonstram energia, animação e satisfação com a prática esportiva. Tais características são impulsionadas por fatores pessoais e pela excitação inerente à competição, reforçando o papel do esporte como um meio formador e motivador para a juventude.

Contreira et al. (2016) estudaram as percepções de estilos de suporte parental para a prática esportiva em jovens atletas brasileiros, considerando a modalidade esportiva que envolveu 355 atletas de ambos os sexos, participantes dos Jogos Escolares da Juventude 2015, abrangendo modalidades coletivas e

individuais. A Escala de Suporte Parental (s-EMBU) foi utilizada como instrumento de coleta de dados, que foram analisados por testes estatísticos.

Os pesquisadores revelaram diferenças significativas nas percepções dos atletas em relação aos estilos de Suporte Emocional, Superproteção e Rejeição, tanto para o pai quanto para a mãe, com maior prevalência do suporte de Rejeição. Atletas de modalidades coletivas apresentaram valores superiores na percepção de rejeição dos pais e mães, e superproteção dos pais, em comparação com atletas de modalidades individuais (Contreira et al. 2016).

O estudo aponta para a predominância do suporte de rejeição, tanto por parte do pai quanto da mãe, na percepção dos jovens atletas brasileiros, especialmente naqueles que praticam modalidades coletivas. Esse comportamento é caracterizado por traços de oposição ou desvalorização por parte dos pais. Contudo, os atletas também indicaram uma menor percepção de suporte de superproteção, sugerindo a ausência de pressão por resultados ou rendimento por parte dos pais (Contreira et al. 2016).

2 Método

O estudo é de natureza quantitativa, que tem como propósito central revelar dados concretos, indicadores mensuráveis e tendências observáveis da realidade social (Minayo e Sanches, 1993). A aprovação do Conselho de Ética e Pesquisa do CEUB com o número de identificação no CAE: 63189922.6.0000.0023

O instrumento desta pesquisa foi um questionário virtual, que segundo Sousa Bastos et al. (2023), ajuda a agilizar a produção científica e viabiliza-la economicamente, desenvolvido na plataforma GOOGLE FORMS e enviado por correio eletrônico aos técnicos dos atletas a serem entrevistados. Desta forma, o contato com os atletas para a recolha das informações foi realizado pelos próprios técnicos.

Os questionários foram enviados pelos treinadores que repassaram aos 168 atletas da delegação do Distrito Federal presente os Jogos da Juventude de 2024. Responderam ao questionário 121 atletas. A faixa etária desses atletas foi de 15 e 17 anos, e todos se classificaram para fazer parte e fizeram parte da

delegação do Distrito Federal presente nos Jogos da Juventude de 2024 em João Pessoa na Paraíba.

Os técnicos receberam pelo correio eletrônico o TCLE, o termo de assentimento para os alunos e o questionário, e só liberaram o termo de assentimento e o questionário para os alunos que concordaram com os termos da pesquisa. Os atletas escolares foram agrupados pela renda familiar declarada em extrato econômico superior (acima de cinco salários mínimos) e inferior (até cinco salários mínimos). Estas informações foram recolhidas em 2024 quando o salário mínimo em vigor era R\$ 1.412,00 (Brasil, 2023).

Para a análise estatística, foi utilizado o programa Social Science Statistics, uma ferramenta gratuita e de acesso livre pela internet, amplamente empregada em investigações nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (SOCIAL SCIENCE STATISTICS, 2025). Adotou-se o teste qui-quadrado (χ^2) com o propósito de verificar a existência de significância estatística na comparação entre os grupos investigados.

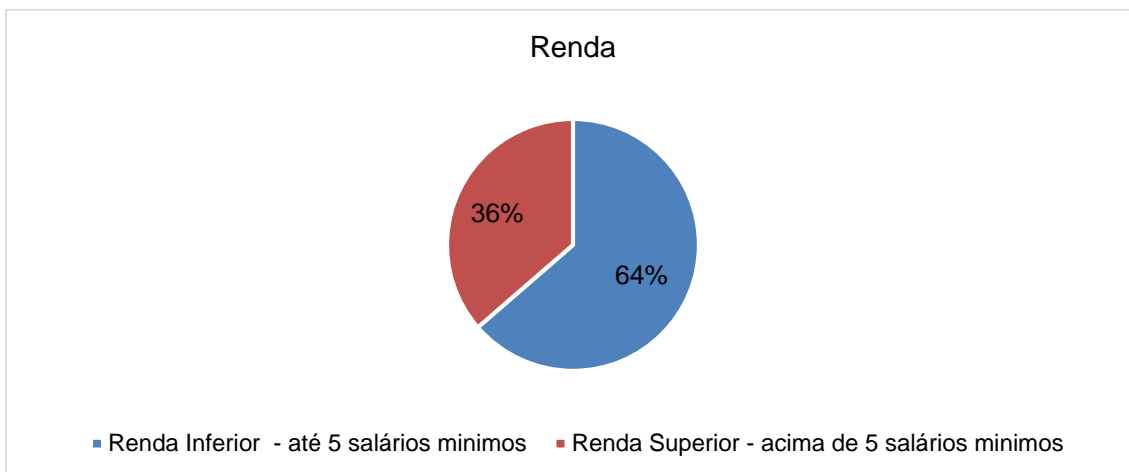
A escolha por esse teste baseia-se na sua adequação à análise de variáveis categóricas, possibilitando examinar associações entre categorias ou discrepâncias entre frequências observadas e esperadas (PESTANA e GAGEIRO, 2014; FIELD, 2013). Além disso, o teste qui-quadrado é amplamente reconhecido como uma ferramenta metodológica robusta e apropriada para pesquisas em Ciências Sociais.

3 Resultados e discussão

Caracterização da Delegação em relação aos estratos de renda

A observação dos dados da Figura: 01 indica que a delegação do Distrito Federal nos Jogos da Juventude foi composta majoritariamente (64%) por atletas com famílias que recebem até 5 salários mínimos. Dados da última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios disponibilizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2021), apontam renda domiciliar estimada no Distrito Federal de R\$ 6.938,40.

Figura 01: Distribuição de renda na delegação do Distrito Federal



Fonte: criação dos autores

Analisadas as expressões da desigualdade social no DF entre 2018 e 2020, notou-se que a distribuição de renda apresenta disparidades significativas entre as Regiões Administrativas, Elias (2021), utilizou dados da CODEPLAN e indicadores econômicos, como o PIB per capita.

Elias (2021) atenta que regiões como Estrutural e Varjão apresentam distribuição de renda per capita variando entre R\$500,00 e R\$1.000,00, o Lago Sul registra valores entre R\$7.000,00 e R\$8.000,00.

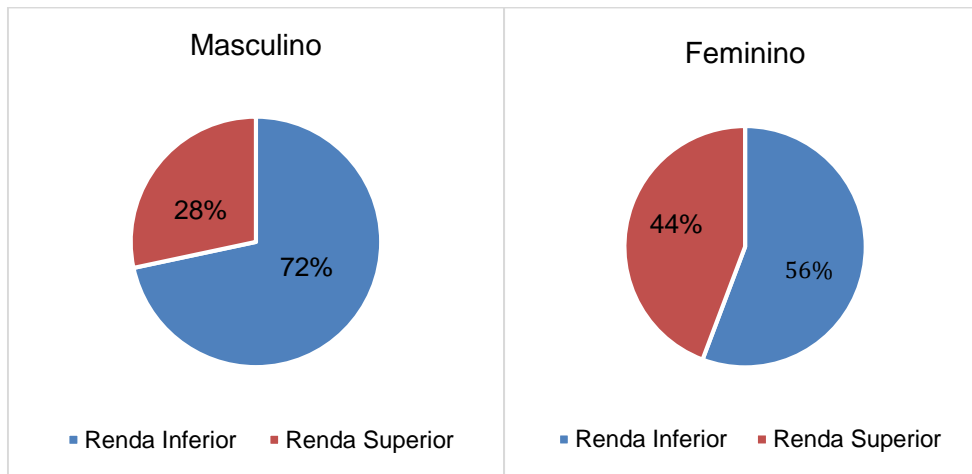
Arantes et al. (2021) em pesquisa sobre a influência da condição financeira na delegação do DF nos Jogos da Juventude 2017, dividiu o estrato econômico em três categorias relacionadas a salário mínimo (inferior – até 4 salários, intermediário – de 4 a 8 salários e superior – acima de 8 salários), 44% dos atletas pertenciam ao estrato inferior e 33% ao estrato intermediário. Portanto, 77% dos atletas eram oriundos de família com até 8 salários mínimos.

Em 2023 com a estratificação simplificada em duas categorias relacionadas ao salário mínimo (inferior – até 5 salários e superior - mais que 5 salários), os resultados mostraram 58% de atletas pertencentes a famílias do estrato inferior (Santos e Arantes, 2023).

Os dados obtidos em pesquisas sobre este tema (Arantes et al, 2017, Santos e Arantes, 2023) e os resultados alcançados por esta pesquisa, revelam uma predominância de atletas de estrato econômico inferior na delegação do

Distrito Federal participante nos Jogos Escolares da Juventude e Jogos da Juventude.

Figura 02: Renda/Gênero

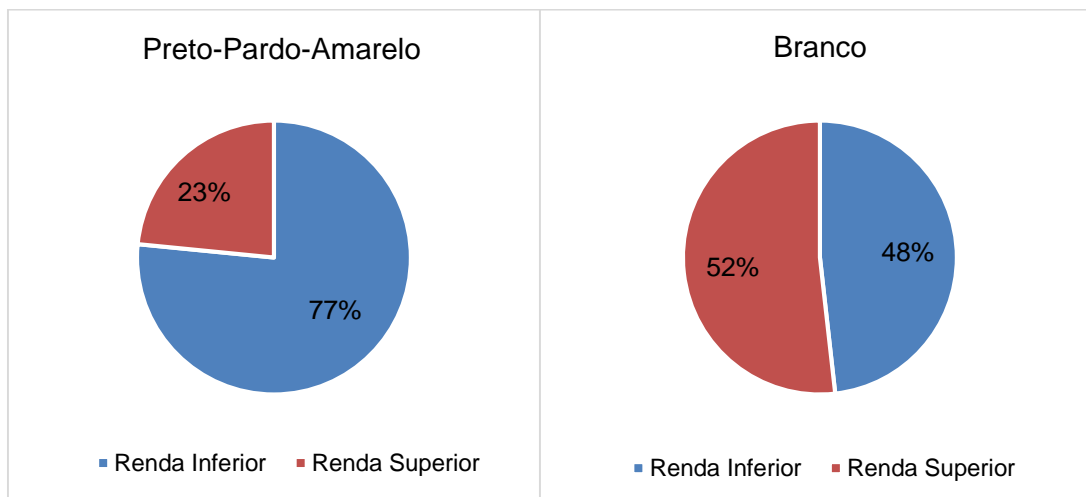


Fonte: Elaboração própria.

Na distribuição por gênero, observou-se que no público feminino 56% pertencem ao grupo de renda inferior, e no grupo masculino 72% pertencem ao grupo de inferior. Portanto, nesta edição, observou-se uma maior concentração de renda inferior entre os homens.

Em 2023, no grupo das mulheres predominou o estrato inferior de renda com 58% (Santos e Arantes, 2023). Em 2024, a predominância neste mesmo estrato entre as mulheres foi de 56%, portanto semelhante ao da pesquisa anterior. No grupo masculino, a concentração de 72% no estrato inferior de renda é que surpreendeu, já que na pesquisa anterior (Santos e Arantes 2023) ela tinha sido bem menor 42%. Essa dinâmica revela uma certa estabilidade nos dados de 2023 e 2024 em relação ao gênero feminino, mas uma variação relevante no que tange aos dados do gênero masculino.

Figura 03: Renda/Cor-Raça



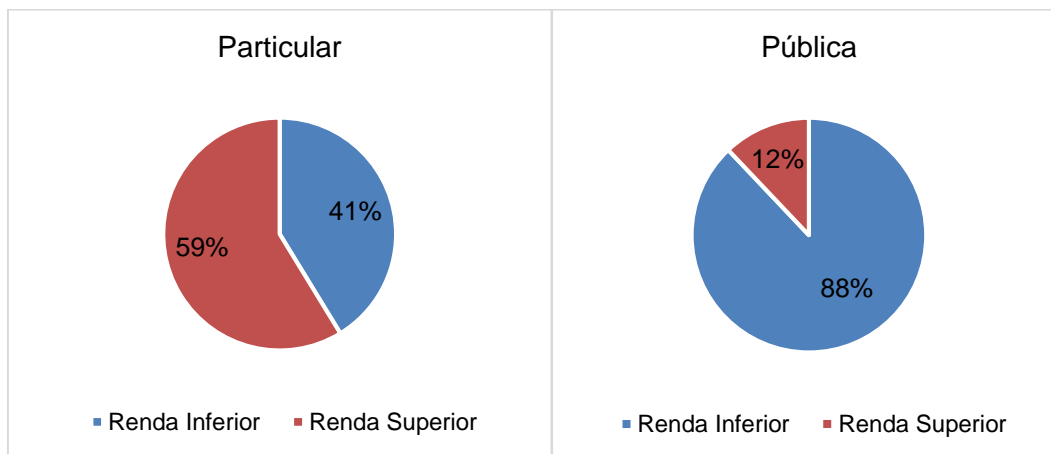
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à variável cor/raça, no grupo preto-pardo-amarelo, a maioria encontra-se no estrato de renda inferior, enquanto no grupo dos brancos existe um equilíbrio entre renda inferior e superior.

O estudo CODEPLAN (2014) produziu um diagnóstico socioeconômico e demográfico regionalizado da população negra no DF, expondo desigualdades estruturais com objetivo de embasar políticas públicas de promoção da desigualdade racial nas Regiões Administrativas. O trabalho identificou que a população negra ultrapassa os 56% e está concentrada em regiões como Varjão, Estrutural, Fercal e São Sebastião. Como apresentando anteriormente, essas regiões citadas obtêm os menores valores de PIB per capita do DF. Portanto esta relação percebida na delegação dos Jogos da Juventude entre cor e renda, encontra apoio nos dados do estudo acima.

Em Santos e Arantes (2023), observou-se forte disparidade racial nos estratos de renda: não brancos representavam 57% do estrato inferior, enquanto no superior, brancos predominavam com 69%. Em 2024, a categoria Preto-Pardo-Amarelo, este presente 72% no estrato inferior o que é bem superior aos dados da pesquisa passada, porém, entre os brancos a renda superior diminuiu bastante também passando para 48%.

Figura 04: Renda/Ensino Público ou Privado



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o tipo de escola, alunos de escolas particulares apresentam 59% na renda superior; já entre estudantes de escolas públicas, 88% na inferior.

Cabral e Yannoulas (2019), discutem a manifestação da pobreza e da desigualdade social no sistema educacional do Distrito Federal. Em seu intento, analisam a distribuição desigual de recursos e oportunidades entre as escolas públicas, considerando fatores como a renda familiar dos alunos e a infraestrutura escolar. O objetivo é compreender melhor como essas desigualdades afetam a educação e contribuem para a pauperização dentro das escolas.

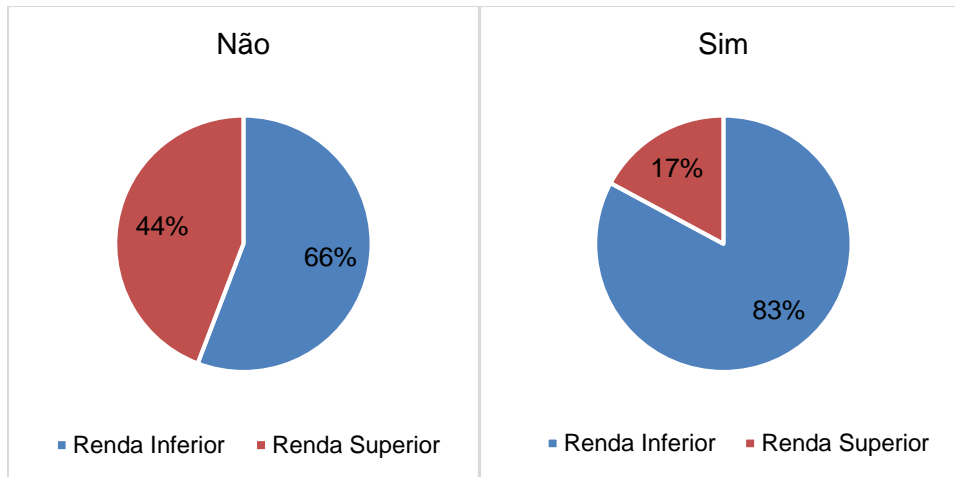
O DF possui 693 instituições educacionais, voltadas ao atendimento desde o ensino infantil até o médio, além de modalidades como educação especial, de jovens e adultos, profissional, língua estrangeira e artes. Ressaltam ainda que a segregação sócio educacional no DF resulta da distribuição desigual de oportunidades educacionais. As instituições de ensino foram planejadas sem atender às demandas das regiões administrativas mais pobres, espelhando a má distribuição geral de equipamentos urbanos na capital (Cabral e Yannoulas, 2019).

Em 2023, a estratificação econômica entre redes de ensino já era evidente: do estrato inferior, 63% dos alunos estudavam na rede pública, enquanto no estrato superior essa relação se invertia radicalmente, com 77% na rede privada (Santos e Arantes, 2023). Em 2024, 89% do estrato inferior estuda na rede pública, e quando do estrato superior 59% estudam nas privadas.

Embora com variações, o que se percebe é a persistente associação entre rede de ensino e nível socioeconômico.

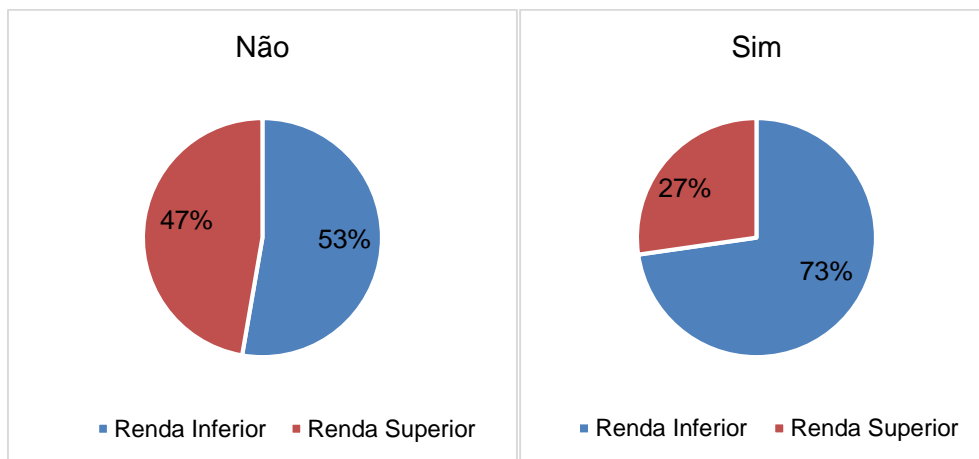
Apoio Público ao desenvolvimento esportivo

Figuras 01: Renda/Bolsa Atleta



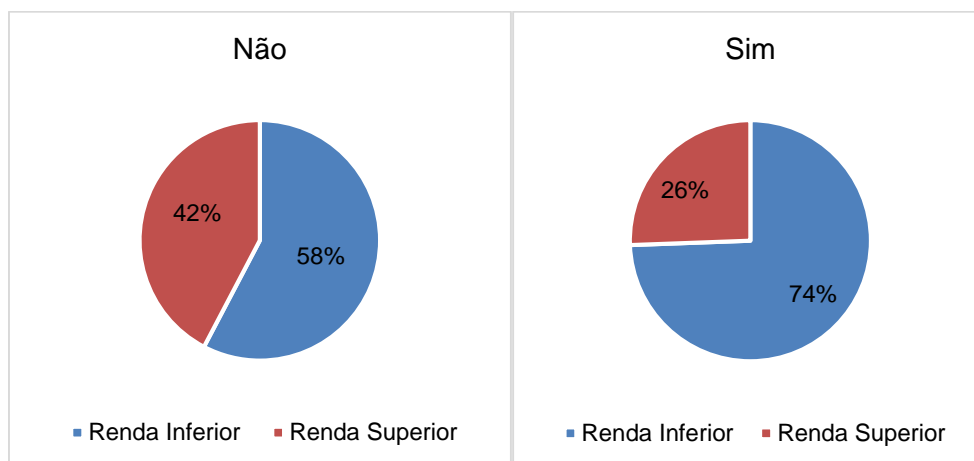
Fonte: Elaboração própria.

Figuras 02: Renda/Compete Brasília



Fonte: Elaboração própria

Figura 03: Renda/Apoio ME



Fonte: Elaboração própria

Entre os atletas beneficiados pelo Bolsa Atleta, Compete Brasília e os apoiados pelo Ministério do Esporte, prevaleceu os atletas que fazem parte do estrato inferior de renda.

De Almeida, Albarello e Almeida (2024) investigaram o impacto do Programa Bolsa Atleta no desempenho brasileiro nos Jogos Olímpicos entre 2008 e 2024. Constatou-se influência significativa do programa no rendimento olímpico do país, com indícios de forte correlação entre o número de bolsas concedidas e a posição brasileira no quadro de medalhas. Adicionalmente, recomendam a expansão do programa, particularmente nas categorias de Base e Estudantil, que apresentaram baixa alocação de bolsas durante o período estudado.

Simionato et al (2022) analisou o bolsa atleta ressalta a importância de políticas públicas para o fomento esportivo e o financiamento de atletas, destacando o programa Bolsa Atleta, que mantido desde 2005 é um dos maiores programas de patrocínio individual de atletas no mundo. Concluíram que a atividade física contribui positivamente para a formação da coletividade, favorece o crescimento pessoal e facilita o acesso de populações carentes a direitos sociais, especialmente quando mediada por programas oficiais bem planejados. (Simionato et al, 2022).

Carneiro et al. (2016) analisaram a política de esporte do Distrito Federal entre 2008 e 2014, identificando desafios e oportunidades para melhorar a promoção do esporte e garantir este direito na capital. Entre os achados destacam limites significativos para a concretização desse direito, especialmente na configuração e abrangência do direito e no gasto público. A priorização de grandes eventos esportivos e construção de equipamentos esportivos, em detrimento do apoio ao esporte e educação, restringe o acesso à prática esportiva (Carneiro et al., 2016).

Além disso, a análise da execução orçamentária da Secretaria de Esporte do Distrito Federal revela que apenas 42% dos recursos são destinados à prática esportiva, enquanto 58% são alocados em gestão e infraestrutura. Os autores sugerem a necessidade de uma mudança na política esportiva para garantir o direito ao esporte e promover a universalização do acesso à prática esportiva (Carneiro et al., 2016).

Os dados da pesquisa realizada em 2017, apresenta que 16% da amostra total recebeu o benefício Bolsa Atleta, com 83% pertencendo ao estrato econômico intermediário e inferior (Arantes et al, 2021).

Analisando o Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal (FAE), Marques, Athayde e Dalmas (2023), concentrando-se no financiamento de políticas sociais de 2009 a 2019, destacam que, entre 2015 e 2019, o Compete Brasília registrou o maior volume de recursos liquidados entre os programas do FAE, superando inclusive os valores destinados ao Bolsa Atleta. Os autores também quantificaram em 12.553 atletas o total de beneficiários conjuntos desses programas no mesmo período.

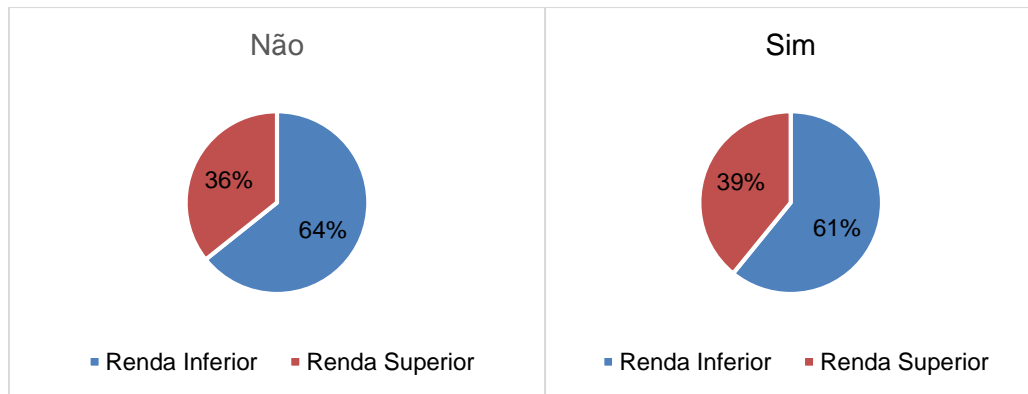
No estudo de Arantes et al. (2019) 35% da amostra recebeu apoio do Compete Brasília, sendo 80% dos beneficiados pertencendo aos estratos intermediário e inferior. Já apoios do ME, 31% dos atletas recebeu esta ajuda e 82% se encaixava no estrato inferior.

Em nossa pesquisa, verifica-se que o apoio das políticas públicas atingiu em média 76% de atletas do estrato econômico inferior, no grupo dos atletas que

receberam o benéfico. Santos e Arantes (2023) identificaram uma média de 59% em seu intento com a delegação de 2023.

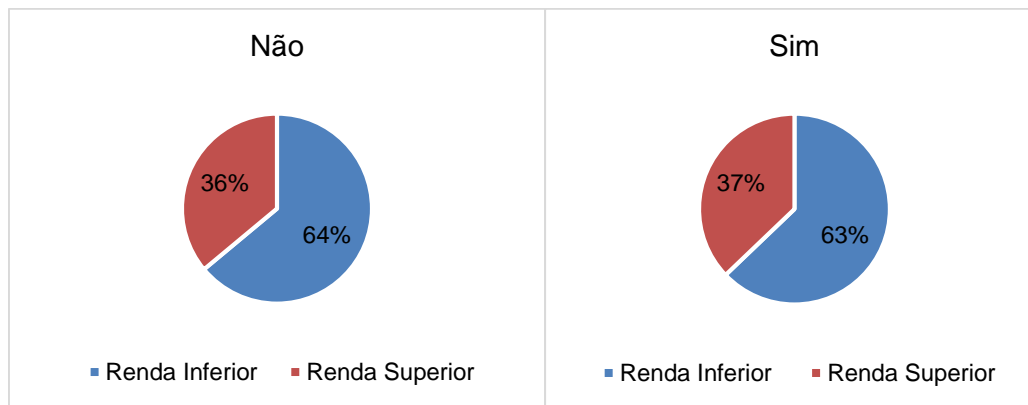
Apoio Privado ao desenvolvimento esportivo

Figura 01: Renda/Patrocínio Privado



Fonte: Elaboração própria.

Figura 02: Renda/Bolsa em Escola Particular



Fonte: Elaboração própria.

Diferente dos dados do apoio público, não se percebe uma diferença significativa entre o grupo de atletas que recebeu apoio privado e que não recebeu. Porém, consta-se que em relação ao grupo de recebeu o benefício, a maioria é de atletas provenientes do extrato de rendas inferior.

É importante destacar que não apenas o apoio advindo do poder público fomenta o esporte, conforme Canan, Rojo e Starepravo (2019) que examinaram

políticas que estabelecem obrigações sociais recíprocas para entidade esportivas/educacionais com expressão de mercado. Identificaram uma fragilidade normativa no modelo brasileiro: enquanto sistemas como o português atribuem expressamente funções públicas a entidades privadas mediante devolutivas.

Essa lacuna, associada à ausência de diretrizes para financiamento público e substituição de entidades, contrasta com o paradigma educacional, onde a atuação privada é condicionada ao cumprimento de normas de interesse social. (Canan, Rojo e Starepravo, 2019).

Experiências comparadas demonstram a viabilidade de mecanismos redistributivos: o sistema de licenças da CONMEBOL/CBF (que exige programas juvenis) e a NCAA (que vincula divisões lucrativas ao desenvolvimento multiesportivo e de gênero) mostram como contrapartidas sociais podem ampliar o acesso ao esporte. Para o Brasil, defende-se a institucionalização de obrigações similares, como desenvolvimento de programas de base, como condição para apoio estatal ou autorização de atuação, sem violar a autonomia constitucional das entidades. Para os autores tal modelo criaria sinergias entre alto rendimento e democratização, otimizando a efetividade do direito ao esporte. (Canan,, Rojo e Starepravo, 2019).

Apoios privados (Bolsa de Estudos e Patrocínio Privado) na delegação de 2024 destinou recursos a 62% de alunos provenientes do estrato de renda inferior, em 2023 essa média foi 48%. (Santos e Arantes, 2023). Percebe-se um aumento deste tipo de apoio de 2023 a 2024.

4 Considerações finais

A predominância de atletas de famílias com renda de até cinco salários mínimos na Delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos da Juventude em 2024 demonstra que a condição financeira não foi fator determinante para participação no evento analisado.

Percebe-se novamente o que foi constatado em pesquisas anteriores sobre o mesmo tema (Arantes et al. 2019 e Santos e Arantes, 2023), que o mitigador

da disparidade social que dificulta o desenvolvimento esportivo no estrato inferior, foram os apoios, e marcadamente os apoios advindos da área pública.

Essa configuração revela o potencial do esporte como espaço de inclusão para populações com recursos limitados. Notou-se significativa presença dos atletas identificados como de cor preta, parda ou amarela no estrato inferior. Estes dados apontam, que este grupo pode fazer parte da elite esportiva dos jovens atletas de Brasília, se tiveram apoio das políticas públicas. No Distrito Federal, mais da metade da população que se identifica fazendo parte deste grupo e habita regiões periféricas, indicando que políticas esportivas são fundamentais para acesso destes grupos ao esporte de rendimento.

A segregação sócio-educacional é outro obstáculo, pois a rede pública concentra quase toda a amostra dos alunos do estrato inferior, enquanto a privada tem perfil mais diversificado, porém com maioria que se identifica como branca e é do estrato econômico superior.

Esta divisão não possibilita acesso equivalente a equipamentos urbanos e oportunidades esportivas, limita o acesso democrático ao esporte e pode perpetuar ciclos de exclusão, exigindo intervenções coordenadas entre políticas esportivas e educacionais. Programas de apoio financeiro público (Bolsa Atleta, Compete Brasília e apoio do Ministério do Esporte) têm impacto relevante na inclusão.

Conclui-se que a democratização do esporte no DF exige políticas articuladas no sentido de reorientar investimentos para práticas inclusivas, ampliar programas de base com recortes sociais, raciais e regionais, e integrar ações educacionais e esportivas para romper o vínculo entre renda e acesso ao esporte. A transformação das assimetrias atuais depende de um modelo de gestão garantidora do esporte como direito social efetivo.

Sugere-se novas pesquisas abordando aspectos socioeconômicos em delegações de outros estados do país, a fim de compreender melhor elementos que influenciam os atletas fora do ambiente esportivo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, André Almeida Cunha. Cinco décadas de Jogos Escolares Brasileiros ou múltiplos eventos escolares em cinco décadas. **Olimpianos- Journal of Olympic Studies**, v. 6, p. 45-59, 2022. Disponível em: <https://journal.olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/153/109>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

ARANTES, André Almeida Cunha et al. Influência da Condição Financeira na Composição da Delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude 2017 Influence of financial condition on the composition of the Federal District delegation at the 2017 Youth School Games. Disponível em: <http://revistagestaodoesporte.com.br/local/revista/artigos/V4N2/6-Influ%C3%Aancia%20da%20Condi%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20na%20Composi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Delega%C3%A7%C3%A3o%20o%20Distrito%20Federal%20nos%20Jogos%20Escolares%20da%20Juventude%202017.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

ARANTES, André Almeida Cunha; FONSECA, Júlia Ester Cavalcante; DA SILVA SANTOS, Tácio Rodrigues. A delegação do Distrito Federal nos Jogos Escolares da Juventude de 2017. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 2, p. 60-67, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/103768453/520.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

ARANTES, André; MARTINS, Francisco; SARMENTO, Pedro. Jogos escolares brasileiros: reconstrução histórica. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 916-924, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273023568116.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

ARANTES, André Almeida Cunha; RÚBIO, Katia; DE MELO, Gislane Ferreira. Dos jogos escolares brasileiros às olimpíadas: a trajetória escolar de atletas olímpicos brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 28, n. 1, p. 51-59, 2020. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/10078>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023. Aprova o reajuste do valor do salário mínimo para o ano de 2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ed. 247, seção 1, p. 1, 27 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11864.htm#:~:text=D11864&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20valor%20do,1%C2%BA%20de%20janeiro%20de%202024. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ed. 137, seção 1, p. 1, 17 jul. 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10264.htm. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

CABRAL, Elaine de Almeida; YANNOULAS, Silvia Cristina. A segregação socioeducacional no Distrito Federal do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 13 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/J5847y3VSRZBmHGwxfMxFKs/?format=html>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

CANAN, Felipe; ROJO, Jeferson Roberto; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Direito ao esporte: possibilidades a partir de políticas multicêntricas, regulatórias e redistributivas. **Pensar a prática**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/55426>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). **A população negra no Distrito Federal**, p. 12. Brasília, DF: CODEPLAN, 2014. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Popula%C3%A7%C3%A3o-Negra-no-Distrito-Federal-Analisando-as-Regi%C3%B5es-Administrativas.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD): 2021. Brasília, DF: **CODEPLAN, 2021**. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF_2021.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

COSTA, Karla Medeiros; COSTA, Gustavo De Conti Teixeira. O perfil do estado de humor, da motivação e da impulsividade de escolares participantes dos jogos escolares da juventude. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/60057>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

DA SILVA, Fernando Henrique et al. A política de esporte do Distrito Federal do Brasil: uma análise de sua configuração, abrangência e financiamento entre 2008 e 2014. **Educación Física y Deporte**, v. 35, n. 1, p. 141-176, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6144574>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

DE ALMEIDA, Jeesser Alves; ALBARELLO, Beatriz Amália; ALMEIDA, Riezo Silva. O impacto do programa bolsa atleta no desempenho de brasileiros em jogos olímpicos. **Revista Processus De Políticas Públicas E Desenvolvimento Social**, v. 6, n. 12, p. e061279-e061279, 2024. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/1279>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

DE AQUINO, Eduardo Filipe Morais. Incidência de gols nas partidas de futsal masculino dos jogos da juventude no ano de 2023. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 17, n. 67, p. 40-44, 2025. Disponível em: <https://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/1491>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

DE SOUSA BASTOS, Jennifer Ester et al. O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/304/392>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

DOS SANTOS JUNIOR, João Batista; ARANTES, Andre Almeida Cunha. Influência da condição financeira na composição da delegação representante do Distrito Federal nos jogos da juventude 2023. **Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa**, 2023. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/pic/article/download/9990/5980>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. Expressões da desigualdade social no Distrito Federal entre 2018 e 2020: O acirramento da “questão social” durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e28310514976-e28310514976, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14976>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

EUENFELDT, Derli Juliano; KLEIN, Jaqueline Luiza. Jogos escolares e Educação Física Escolar: investigando esta (des) articulação. **Revista Thema**, v. 17, n. 1, p. 151-171, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/52217mbherc37mjnfagxcdee7u/access/wayback/http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/1207/1440>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

FERREIRA, Viviane Torres; DA SILVA SANTOS, Tácio Rodrigues; ARANTES, André Almeida Cunha. Apoio esportivo aos atletas escolares da delegação do Distrito Federal de 2017. **Olimpianos-Journal of Olympic Studies**, v. 5, p. 46-58, 2021. Disponível em: <https://journal.olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/123>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

FIELD, Andy. *Discovering statistics using IBM SPSS statistics*. 4. ed. London: Sage Publications, 2013. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=83L2EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT8&dq=FIELD,+Andy.+Discovering+statistics+using+IBM+SPSS+statistics.+4.+ed.+London:+Sage+Publications,+2013.&ots=UbNVzrDOAI&sig=P0xq16YDkrdLZ02M9pAw9Cr4RSI>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

KIOURANIS, T. D. S.; CRUZ, K. S. da; OLIVEIRA NETO, E. T. de .; MARCHI JÚNIOR, W. What is a champion made of? Analysis of sport success from the results of Brazilian School Games (2007-2015). **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e41911427532, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27532. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27532>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

KIOURANIS, Taiza Daniela Seron. Os jogos escolares brasileiros chegam ao século XXI: reprodução ou modernização na política de esporte escolar?. 2017.

Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/550>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

MARQUES, Luís Maurício Montenegro; DE ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; DALMAS, Leandro Casarin. Fundo de apoio ao esporte do Distrito Federal: uma análise crítica sobre a origem, o montante e a destinação dos gastos. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1-21, 2023.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/90512>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 247, 1993. Disponível em:

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

NUNES, Acacio Codrignani. A Influência parental em atletas escolares dos jogos da juventude do estado de Mato Grosso do Sul: modalidade futsal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – **Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017**. Disponível em:

<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2846>. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

PESTANA, Maria Helena Martins; GAGEIRO, João Nunes. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. 6. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2014. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/272817141_ANALISE_DE_DADOS_PARA_CIENCIAS_SOCIAIS_A_Complementaridade_do_SPSS_6_EDICAO_Revista_Atualizada_e_Aumentada_MARIA_HELENA_PESTANA_JOAO_NUNES_GAGEIRO. Acesso em: 14 de agosto de 2025.

SIMIONATO, Rodrigo et al. O Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte: instrumentos de Políticas Públicas dedicadas ao desporto no âmbito Federal. **Revista Antinomias**, v. 3, n. 1, p. 135-158, 2022. Disponível em:

<https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/40>. Acesso em: 14 de agosto 2025.

SOCIAL SCIENCE STATISTICS. *Chi-Square Calculator*. Disponível em:

<https://www.socscistatistics.com/tests/chisquare/default2.aspx>. Acesso em: 14 de agosto 2025.